



Número: **0833432-04.2017.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **14/07/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ALEXANDRE JOSE DE OLIVEIRA (AUTOR)		KAIO YVES DE FREITAS MORAIS LEITE BATISTA (ADVOGADO) WASHINGTON DE ANDRADE OLIVEIRA (ADVOGADO)	
UNIAO PREVIDENCIARIA COMETA DO BRASIL - COMPREV (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
38480518	18/01/2021 14:35	Petição	Petição
38480520	18/01/2021 14:35	2625353_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_A_nexo_02	Outros Documentos
38480522	18/01/2021 14:35	2625353_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01	Outros Documentos

EM ANEXO



Rio de Janeiro, 30 de Maio de 2017

Carta nº: 11052333

A/C: ALEXANDRE JOSE DE OLIVEIRA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170284705 ASL-0191603/17
Vítima: ALEXANDRE JOSE DE OLIVEIRA
Data Acidente: 15/07/2016
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em 18/05/2017 a documentação relativa ao acidente ocorrido em 15/07/2016. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Autorização de pagamento infor. incorretas
- Comprovante de residência faltando página
- Documentação médico-hospitalar faltando página
- DUT faltando página
- Documentos de identificação faltando página

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **COMPREV SEGURADORA S/A** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01825/01826 - carta_03



Rio de Janeiro, 30 de Maio de 2017

Carta nº: 11052424

A/C: ALEXANDRE JOSE DE OLIVEIRA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170284705 ASL-0191603/17

Vitima: ALEXANDRE JOSE DE OLIVEIRA

Data Acidente: 15/07/2016

Natureza: INVALIDEZ

Procurador:

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site www.seguradoralider.com.br, ou ligue para a SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site www.seguradoralider.com.br, não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez, é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à COMPREV SEGURADORA S/A onde o sinistro foi cadastrado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01347/01348 - carta_01



Rio de Janeiro, 13 de Junho de 2017

Carta nº: 11133442

A/C: ALEXANDRE JOSE DE OLIVEIRA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170284705 ASL-0191603/17
Vítima: ALEXANDRE JOSE DE OLIVEIRA
Data Acidente: 15/07/2016
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em **05/06/2017** a documentação relativa ao acidente ocorrido em **15/07/2016**. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Autorização de pagamento infor. incorretas
- Comprovante de residência faltando página
- DUT faltando página
- Documentos de identificação ilegível

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **COMPREV SEGURADORA S/A** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01325/01326 - carta_03



Rio de Janeiro, 04 de Julho de 2017

Carta nº: 11242384

A/C: ALEXANDRE JOSE DE OLIVEIRA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170284705 ASL-0191603/17
Vítima: ALEXANDRE JOSE DE OLIVEIRA
Data Acidente: 15/07/2016
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em **26/06/2017** a documentação relativa ao acidente ocorrido em **15/07/2016**. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Autorização de pagamento faltando página
- Boletim de ocorrência infor. incorretas

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **COMPREV SEGURADORA S/A** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00779/00780 - carta_03



Rio de Janeiro, 01 de Janeiro de 2018

Aos Cuidados de: **ALEXANDRE JOSE DE OLIVEIRA**

Nº Sinistro: **3170284705**
Vitima: **ALEXANDRE JOSE DE OLIVEIRA**
Data do Acidente: **15/07/2016**
Cobertura: **INVALIDEZ**

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização cadastrado sob o sinistro **número 3170284705**.

Tendo em vista que a pendência não foi sanada no período de 180 dias, informamos que o seu pedido de indenização foi negado.

Caso deseje dar continuidade ao seu pedido de indenização, procure o ponto de atendimento onde o seu processo foi aberto para apresentar os documentos complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12177239

Pag. 00445/00446 - carta_16 - INVALIDEZ

00010223





AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Autorização de pagamento

Nº DO SINISTRO

CAMPO PREENCHI



Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, Alexandre José de Oliveira
PORTADOR(A) DO RG Nº 2862844 EXPEDIDO POR S.S.P. EM 1/1/ E
CPF 05862003445 / CNPJ 000000000000000000, PROFISSÃO Porter
E RENDA MENSAL DE R\$ 1.000,00 (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO
SEGURO DPVAT DA VÍTIMA Alexandre José de Oliveira AUTORIZO A SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de fontes as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados **não devem**, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício - nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional;
- Conta Empresarial - nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL, operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUANÇA, A operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SIBDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também **não devem** ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO _____ N° da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ N° da CONTA (com dígito, se existir) _____

PARA CRÉDITO EM CONTA POUANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 104 N° da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 0034 N° da CONTA (com dígito, se existir) 023-000068944

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

João Pessoa 18 de maio de 2017 Alexandre José de Oliveira
LOCAL E DATA ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago aos dependentes, de acordo com a legislação vigente na data do acidente); indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na Lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas com medicamentos hospitalares.

- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para o 0800-0221204.

18 MAIO 2017
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 18/01/2021 14:35:12

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011814351205200000036694333>

Número do documento: 21011814351205200000036694333



AUTO-ATENDIMENTO - AS, CABO INACIOLINO
DATA: 08/10/2016 HORA: 11:09:47
TERMINAL: 00061094 CONTROLE: 003610040136

AGENCIA: 0037 - PINHEIROS
CONTA: 023.00000000-4
CLIENTE: ALEXANDRE JOSE DE OLIVEIRA

EXTRATO PARA FIMILEX CONSULTORIA

MOVIMENTAÇÃO

DATA	RECEBOS	HISTÓRICO	VALOR
------	---------	-----------	-------

SALDO ANTERIOR

RESUMO

SALDO

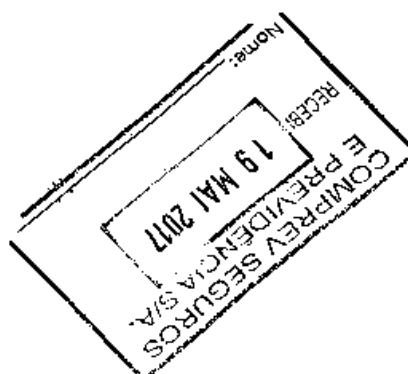
APROVEITE OS BENEFÍCIOS DO SEU CARTÃO DE
SERVIDOR E UTILIZE TAMBÉM O BÔNUS ANUAL
PARA SAÚDE E SALDO DO SEU APOSENTADO

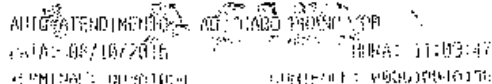
Informações, reclamações, sugestões e elogios

SAC CAIXA: 0800-726 8101

Devidamente da CAIXA: 0800 726 7474

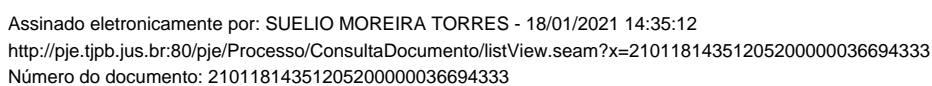
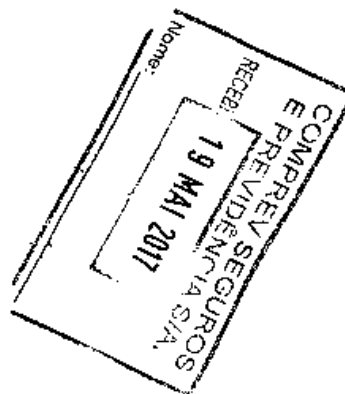
www.caixa.gov.br



[illegible][illegible]

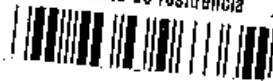
Address: 11111 10th Avenue SE, Suite 1000, Bellevue, WA 98004
 Telephone: (206) 453-1700 Fax: (206) 453-1701
 E-mail: info@washington.edu

Información Regional de Responsables e Interlocutores
 SAC CALIMA: (0304) 225 4181
 Tel. Celular: 098 617 617 / 098 617 225 6174
 www.calima.gov.ec



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Comprovante de residência



Eu, Alexandre José de Oliveira
RG nº 2862844, data de expedição 1/1/, Órgão SSP

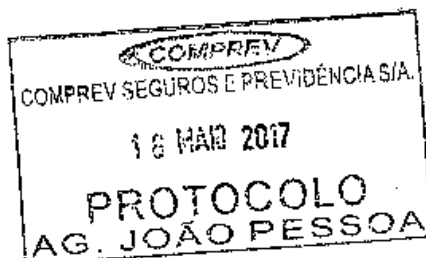
CPF nº 058529084-95, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Rua São Bernardo</u>
Número	<u>44</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>Mandacaru</u>
Cidade	<u>João Pessoa</u>
Estado	<u>Paraíba</u>
CEP	
Telefone de Contato	<u>98829-7164</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: João Pessoa, 18 de maio de 2017

Assinatura do Declarante: Alexandre José de Oliveira



Comprovante de residência



ALEXANDRE JOSÉ DE OLIVEIRA
RUA SÃO BERNARDO, 46 - ALTO DO CEU
JOÃO PESSOA / PB CEP: 58077-402 (AG: 1)

Classificação: RESIDENCIAL / BARRA FRENDA MONOFÁSICO 9/220V, 25-
Referência: Jun / 2017
Nº medidor: 00001289201

ENERGISA PARÁIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ: 08.085.192/0001-40 Insc. Est. 16.015.923-0
Info Fiscal / Conta de Energia ENE/PA/000.176.207
Código para Débito Automático: 0000218881

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a **UC (Unidade Consumidora): 5/221888-1**

Jun / 2017

Canal de contato

Apresentação

06/06/2017

Data prevista da próxima leitura

07/07/2017

CPF/CNPJ/RANI
5652909485
Ins. Est.:

Faturas em atraso

15/05/2017	89,82
12/04/2017	81,84
15/03/2017	95,84
10/02/2017	91,88
14/01/2017	115,88
13/01/2017	79,82
18/12/2016	61,11
17/11/2016	61,89
19/09/2016	45,25
18/08/2016	103,15
15/07/2016	94,07
14/06/2016	102,15

Histórico de Consumo (kWh)

Mar/17	172
Abr/17	157
Maio/17	183
Jun/17	192
Jul/17	223
Out/16	151
Nov/16	189
Out/16	159
Set/16	111
Ago/16	212
Jul/16	167
Jun/16	187

Média dos últimos meses
170

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Outras
Data	Leitura	Data	Leitura	
09/05/17	18452	09/05/17	18538	
			158	29

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo até 30kWh-BR	30	0,14534	4,36
Consumo - 31 a 100kWh-BR	70	0,25087	17,56
Consumo - 101 a 220kWh-BR	56	0,37831	20,32
A.C. B. Verbetes			2,29
Outros			25,83
ICMS			1,09
PIS			4,97
COFINS			2,65
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			4,07
COMPENSAÇÃO POR INDICADOR - DIC 04/2017			-25,82
Descontos Substituição			

BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS - 100,84	21,00	20,39
PIS - 104,84	1,2218	1,09
COFINS - 104,84	4,7428	4,97

VENCIMENTO
13/06/2017

TOTAL A PAGAR
R\$ 81,60

RESERVADO AO FISCO
274e.d096.2d19.f574.1420.ed8c.68Ba.fe08.

Indicadores de Qualidade	4/2017 - Cota de Pave
Limites da ANEEL	Apurado
DIC MENSAL	5,07
DIC TRIMESTRAL	10,15
DIC ANUAL	20,30
PIC MENSAL	3,20
PIC TRIMESTRAL	6,40
PIC ANUAL	12,20
DNOC	2,00
DNCR	12,22

Composição do valor total da sua conta	Valor (R\$)	%
Descontos	17,17	21,03
Benefícios da Pol. da Energia - PEB	20,08	24,60
Contribuição de Expansão	1,18	1,44
Servço de Transmissão	9,19	11,26
Energia Entregua	37,04	45,25
Impostos Devidos à Energia	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	81,67	100,00

ATENÇÃO

- Atenção: as faturas em atraso geram multa e incidência de juros e encargos de mora.
- PIS 100,84 relativo a períodos anteriores não é devido, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 21/06/2017. Conforme Resolução 414/ANEEL. O pagamento após esta data não afeta a suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja cancelado ou as contas pagas não estejam em regularidade com a concessionária. Caso estas faturas estejam pagas, desconsiderar esta mensagem.
- ESTE PRAZO NÃO VALE PARA AS FATURAS JÁ REAVISADAS, ou seja, para a suspensão do fornecimento poderá ocorrer a qualquer momento até o término do prazo de 21/06/2017.
- Descontos de 21 dias de vencimento da fatura vencida e não paga.
- Fatura sujeita a incidência de multa de 0,05% ao dia de mora no caso de inadimplência.
- Sua unidade foi atendida como Barragem, tendo um desconto de R\$ 25,82.

VENCIMENTO
13/06/2017

TOTAL A PAGAR
R\$ 81,60

00218882017-3 06000010019-2

COMPREV
20 JUN. 2017
PROTÓCOLO
AG. JOÃO PESSOA
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A



Documentos de identificação



VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL

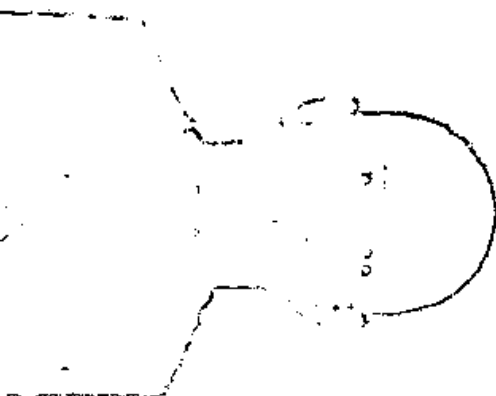
894284427



NOME
ALEXANDRE JOSE DE OLIVEIRA

Nº REGISTRO

05721302903



MARIA DE FATIMA DE
OLIVEIRA

DOC. IDENTIDADE / ORC. EV.
2862844

CPF
058.529.084-95

DATA NASCIM.
13/04/1974

FIL. PTO

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.

VALIDADE

11/03/13

TACAO

03/2013

COMPREV
COMPREV SEGUROS E PREVIDENCIA S/A.

18 MAR 2017

PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



DOCUMENTO 2 "T24"



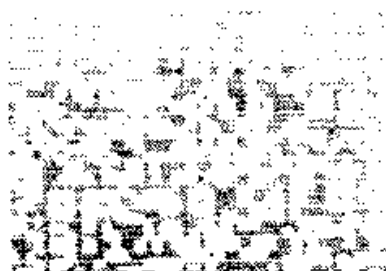
1ª MANUTENÇÃO
04/03/2013

ACC

CRIME

COMPREV
COMPREV SEGUROS E PREVIDENCIA S/A
06 JUN 2017
PROTOCOLO
AG JOAO PESSOA





DOCUMENTO 2 "T24"



1ª MANUTENÇÃO
04/03/2013

ACC

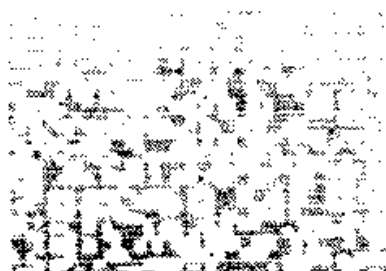
CRIME

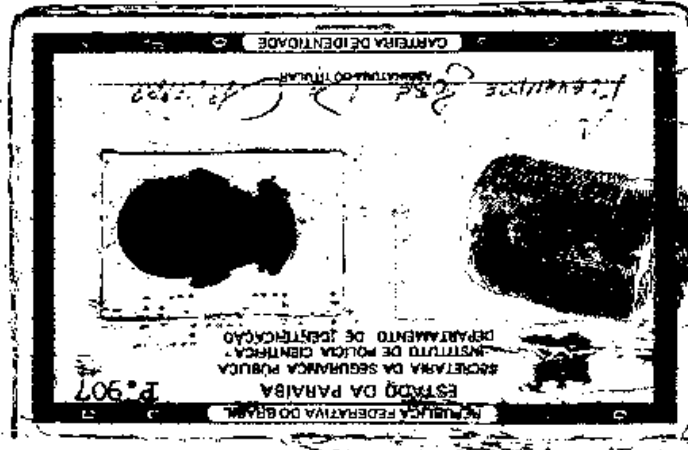
COMPREV SEGUROS E PREVIDENCIA S/A

04 JUN 2017

PROTOCOLO
AG JOAO PESSOA







Ministério da Fazenda
Receita Federal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número
058.529.084-95

Nome
ALEXANDRE JOSE DE OLIVEIRA

Nascimento
13/04/1984

CÓDIGO DE CONTROLE
6978.F944.AB4D.CFFC



Entidade pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 13:10:36 do dia 31/05/2017 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

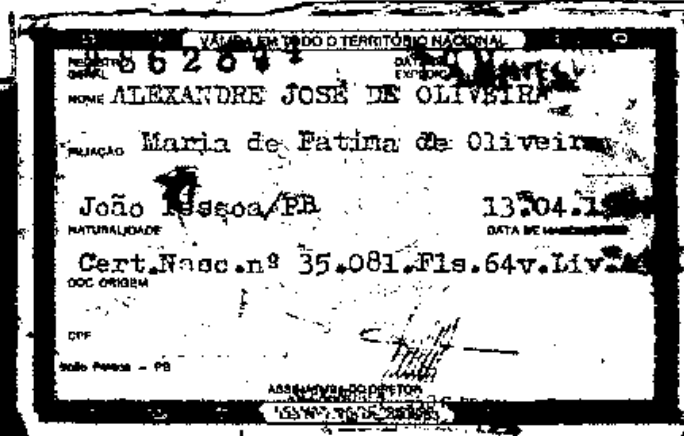
VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

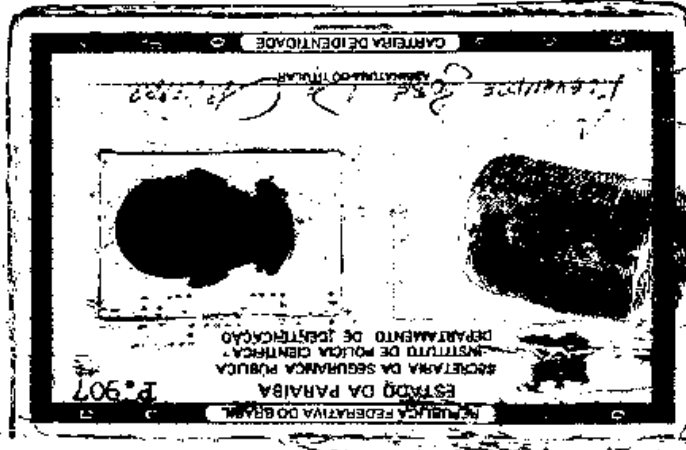


COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A

23 JUN. 2017

PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA





Ministério da Fazenda
Receita Federal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número
058.529.084-95

Nome
ALEXANDRE JOSE DE OLIVEIRA

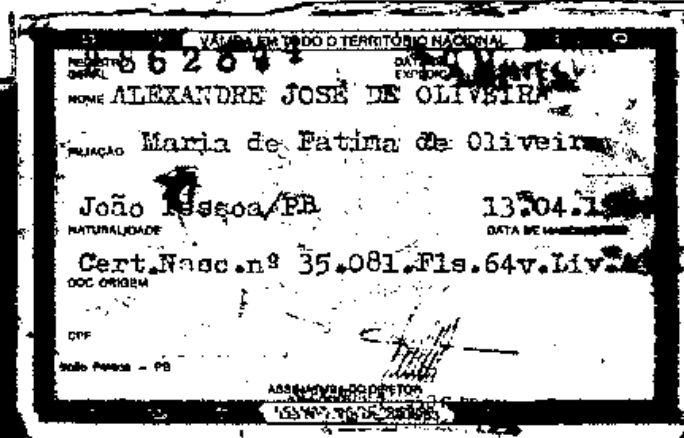
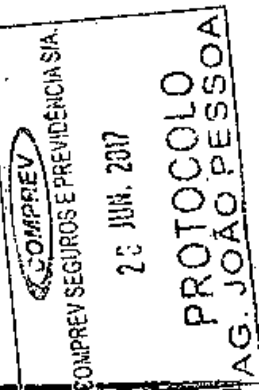
Nascimento
13/04/1984

CÓDIGO DE CONTROLE
6978F944AB4D.CFFC



Entido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 13:10:36 do dia 31/05/2017 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



OUT



CONTRAN		DENATRAN	
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES		DETRAN - PB Nº 012030192963 CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO DATA DE REGISTRO: 20/07/2015 DATA DE LICENCIAMENTO: 20/07/2015 EXERCÍCIO: 2015	
ALEXANDRE JOSE DE TOLEVAIRA NOME: ALEXANDRE JOSE DE TOLEVAIRA CPF: 00420915884-8 DATA DE NASCIMENTO: 20/07/2000 CPF: 000000000 DATA DE EMISSÃO: 2015		PLACA: 05852908495 NOVO: 05852908495 CLASS: 9C6KE15200009425 COMBUSTÍVEL: GASOLINA PAR/MOTOCICLETA/VEICULO: 9C6KE15200009425 COMBUSTÍVEL: GASOLINA	
IPVA: 29/07/2015 PREMIO TOTAL: 29/07/2015 DATA DE PAGAMENTO: 29/07/2015 PREMIO TOTAL: 29/07/2015 DATA DE PAGAMENTO: 29/07/2015		PREMIO TOTAL: 29/07/2015 DATA DE PAGAMENTO: 29/07/2015 PREMIO TOTAL: 29/07/2015 DATA DE PAGAMENTO: 29/07/2015	
DOCUMENTO: 00420915884-8 DATA DE EMISSÃO: 20/07/2015 EXERCÍCIO: 2015		DOCUMENTO: 00420915884-8 DATA DE EMISSÃO: 20/07/2015 EXERCÍCIO: 2015	
SEGURADORA LIDER - DPVAT CHUF: 00.254.000001-04 www.seguredoraleider.com.br 48414-1259232 20150720		ESTÉ E O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA www.dpvatsegurodofraneto.com.br SAC DPVAT 0800 022 1204	
PREMIO TARIFARIO DATA DE PAGAMENTO: 29/07/2015 DATA DE PAGAMENTO: 29/07/2015 DATA DE PAGAMENTO: 29/07/2015		PREMIO TARIFARIO DATA DE PAGAMENTO: 29/07/2015 DATA DE PAGAMENTO: 29/07/2015 DATA DE PAGAMENTO: 29/07/2015	
SEGURADORA LIDER - DPVAT CHUF: 00.254.000001-04 www.seguredoraleider.com.br 48414-1259232 20150720		SEGURADORA LIDER - DPVAT CHUF: 00.254.000001-04 www.seguredoraleider.com.br 48414-1259232 20150720	

COMPREV
COMPREV SEGUROS E PREVIDENCIA S/A.

20 JUN. 2017

PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08334320420178152001

COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ALEXANDRE JOSE DE OLIVEIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

CONSTATA-SE, PELOS DOCUMENTOS ACOSTADOS À EXORDIAL, QUE O VEÍCULO CAUSADOR DOS DANOS ERA DE PROPRIEDADE DA PRÓPRIA VÍTIMA RECLAMANTE DA INDENIZAÇÃO. ASSIM, O ACIDENTE NARRADO NÃO POSSUI COBERTURA PELO SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS – DPVAT, VEZ QUE O AUTOR PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO ENCONTRAVA-SE INADIMPLENTE COM O PAGAMENTO DO PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO NA OCASIÃO DO SINISTRO.

DA FALTA DE INTERESSE DE INTERESSE PROCESSUAL

PENDÊNCIA DOCUMENTAL

O processo deve ser extinto sem conhecimento do mérito, porque não concorre uma das condições da ação: o **INTERESSE PROCESSUAL**.

Verifica-se que, o autor ingressou com o pedido administrativo, todavia, incorreu em pendência documental, de maneira que deixou de sanear tal pendência, acarretando no cancelamento do sinistro.

Insta esclarecer que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro pacificou o tema e conforme o Aviso nº 108/2012 resta incontestável a necessidade de requerer o pagamento administrativo antes de ingressar com ação no Judiciário, vejamos:

“A prova do requerimento administrativo prévio à seguradora da cobrança da cobertura do seguro DPVAT deve ser exigida pelo juiz no exame da petição inicial”.

No mesmo sentido, se posicionou o Superior Tribunal de Justiça, vejamos:

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO. DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Inércia do autor quanto a este pedido. Reversão do entendimento. Impossibilidade. Incursão em matéria fático-probatória. Incidência da Súmula 7/STJ. Violação ao princípio da inafastabilidade do acesso à Justiça. Impossibilidade de exame por esta Corte de Justiça. Matéria atinente à competência do Supremo Tribunal Federal.

O requerimento administrativo prévio constitui requisito essencial para o ingresso de demanda judicial.

(...) 4. Agravo regimental desprovido” (AgRg no REsp 936574/SP, Terceira Turma, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, julgamento em 02/08/2011).

Trata-se de oportunizar à seguradora o pagamento extrajudicial, até porque, o requerimento prévio administrativo é requisito essencial para a utilidade da providência jurisdicional, conforme dispõe o art. 5º, § 1º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito:

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

(...)

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30

(trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)(...)”

A atitude de ingressar com ação antes de tentar solucionar a questão pela via administrativa, que, frise-se, é mais célere, acarreta aglomeração de processos, como se observa com frequência em nosso Judiciário.

Deste modo, verifica-se que a seguradora só se constitui em mora 30 dias após a entrega de todos os documentos legais na esfera administrativa. E, no caso dos autos, o direito de ação nasceria com a recusa do pagamento do sinistro na instância administrativa, o que corresponderia ao evento danoso. Como isto nunca ocorreu, não tem a parte autoral a necessária legitimidade postulatória.

Assim, tendo o autor deixado de cumprir as exigências administrativas à indenização que entende devida, ingressando com a presente ação sem antes eliminar todas as possibilidades, resta claro que não existe interesse na demanda.

Importante salientar, ademais, que as sociedades seguradoras não têm o menor propósito de eximir-se de sua obrigação quando comprovado que é realmente devida a indenização pleiteada, eis que pagar sinistro regularmente coberto é da inerência das suas atividades.

Diante disso, impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, na forma do Art. 485, VI, do CPC, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

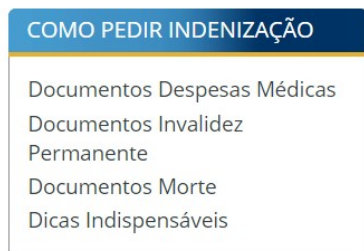


CONTUDO, É CRISTALINO QUE A PARTE AUTORA NÃO PREENCHE OS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA SER INDENIZADA, EM RAZÃO DA MORA DO PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT. ASSIM, NÃO HÁ EM QUE SE COGITAR COBERTURA SECURITÁRIA PARA O CASO CONCRETO, CONFORME RESOLUÇÃO 332/2015, EM SEU ART. 17, §2º.



Selecione as opções abaixo para acessar o calendário de pagamento do Seguro DPVAT:

Exercício: 2016 UF: PI Final da Placa: 1 Categoria(Saiba mais): 9 Pagamento: À vista Consultar



O prêmio do Seguro DPVAT será pago integralmente no vencimento da COTA ÚNICA ou da primeira parcela do IPVA, ou juntamente com o emplacamento ou no licenciamento anual, no caso de veículos isentos do IPVA, conforme disposto na **Resolução CNSP 332/2015** e na Portaria Interministerial 293/2012.

Categoria: 9



Final da Placa	Vencimento			
	IPVA (COTA ÚNICA)	Com Desconto?	DPVAT	Licenciamento
1	31/03/2016	NÃO	31/03/2016	31/03/2016

PB: TABELA DE VENCIMENTO DO IPVA E DO SEGURO DPVAT DE 2016

Sua busca por placa: MOP3361 UF: PB CATEGORIA: 09*

	Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento
+	2015	R\$292,01	Quitado	
+	2014	R\$292,01	Quitado	
+	2013	R\$292,01	Quitado	
+	2012	R\$279,27	Quitado	

(*) Motocicleta



Como qualquer outro seguro, o DPVAT é um contrato aleatório, onde a seguradora, mediante uma contraprestação pecuniária, assume a responsabilidade de indenizar o segurado na hipótese de ocorrido o sinistro.



Por certo, o inadimplemento por parte dos proprietários de veículos, gera um desequilíbrio no provisionamento, ao passo que a seguradora não recebeu o pagamento que lhe era devido. Assim, a ausência de quitação do prêmio, inviabiliza a manutenção regular do contrato, ensejando um aumento nos valores do prêmio, a fim de harmonizar o balanço atuarial da seguradora, onerando os demais proprietários.

Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes, através do DENATRAN.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP	SÚMULA 257, STJ
Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente.	Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente.

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art.7º, §1º da Lei 6.194/74^x, garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios. Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.



DO LAUDO PERICIAL

DA AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE DE POSSÍVEL LESÃO NO OMBRO ESQUERDO

NÃO HÁ DOUMENTOS MÉDICOS NOS AUTOS QUE INDIQUE A SUPOSTA LESÃO NO OMBRO ESQUERDO

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos, em especial o BOLETIM DE ATENDIMENTO E DOCUMENTOS MÉDICOS, apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado e um sinistro de trânsito.

NÃO HÁ DOUMENTOS MÉDICOS NOS AUTOS, QUE INDIQUE/INFORME A SUPOSTA LESÃO NO OMBRO ESQUERDO INFORMADA PELO I. EXPERT.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 28 de dezembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

